



## CARACTERIZAÇÃO DAS VÍTIMAS ATENDIDAS NA VARA ESPECIALIZADA DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER NA COMARCA DE GURUPI-TO

SILVA, Vanilson Pereira da<sup>1</sup>

IZZO, Isabel Cristina<sup>2</sup>

TEIXEIRA, Anita Coelho dos Santos<sup>3</sup>

### RESUMO

A violência contra a mulher apresenta práticas que envolvem violência psicológica, física, sexual, patrimonial e moral. Com objetivo de caracterizar essas vítimas atendidas no primeiro semestre do ano de 2012 na Vara Especializada de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Gurupi-TO quanto aos aspectos sociais e psicológicos, e a importância do trabalho do profissional psicólogo junto a

<sup>1</sup> Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Marabá; Psicólogo do Hospital Regional de Gurupi-TO. E-mail: vanilsonpsicologo@hotmail.com.

<sup>2</sup> Psicóloga da Defensoria Pública do Estado do Tocantins e docente do curso de Psicologia do Centro Universitário UnirG. E-mail: cristina-izzo@hotmail.com.

<sup>3</sup> Mestra, docente do curso de Psicologia do Centro Universitário UnirG; psicóloga do Hospital Regional de Gurupi-TO. E-mail: anitacoelho\_psi@unirg.edu.br.

uma equipe multidisciplinar, evidenciando o contexto jurídico como propulsor da atuação desses profissionais, foi realizada uma pesquisa nos pareceres sociais e relatórios de atendimentos elaborados pela equipe multidisciplinar (assistentes sociais e psicólogos) da citada Vara, oriundos dos atendimentos às vítimas. Os resultados mostraram que o contexto social das vítimas de violência que foram atendidas no primeiro semestre do ano de 2012 é caracterizado por mulheres na faixa etária dos 21 aos 30 anos de idade, com baixa escolaridade (nível fundamental incompleto) e que a maior parte da amostra se encontrava desempregada ou ocupando atividades relacionadas com o trabalho doméstico. No que se refere aos aspectos emocionais evidenciados por essa população percebeu-se que, devido à falta de dados referentes a esse contexto, não foi possível delimitar um perfil emocional das vítimas.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Equipe multidisciplinar. Lei Maria da Penha.

## **CHARACTERIZING VICTIMS ATTENDED IN THE SPECIALIZED FORUM FIGHTING DOMESTIC AND FAMILY VIOLENCE AGAINST WOMEN IN THE CITY OF GURUPI-TO**

### **ABSTRACT**

Violence against women is usually related with acts representing psychological, physical, sexual, moral and property violence or harm. This study was carried out in order to characterize those victims examined in the first semester year 2012 in the specialized forum of combat against domestic and family violence in the city of Gurupi-TO related with social and psychological aspects. Another goal was to verify the importance of the psychologist

inserted in a multidisciplinary team, demonstrating the legal context as inducer of the role of those professionals. A research was carried out using documents and social reports of interviews and examinations from the victims prepared by the multidisciplinary team (social workers and psychologists) in the aforementioned forum. Results demonstrated that the social victim violence context of those that were examined and or interviewed in the first semester 2012, is characterized by women ranging in age from 21 to 30 years old, presenting with lower education level and that most part of the sample were unemployed and or holding activities related with domestic work. As for emotional aspects observed in such a population, it was found that because of lack of data related to that context, it was not possible to delineate an emotional profile of the victims.

Keywords: Violence against women. Multidisciplinary Team. Maria da Penha Law.

## INTRODUÇÃO

A homofobia, xenofobia, o racismo e a violência contra a mulher são práticas comumente presentes na vida de muitos cidadãos. A violência contra a mulher se destaca por somatizar em seu conteúdo práticas que envolvem vários tipos de abusos como a violência psicológica, física, sexual, patrimonial e moral.

De acordo com as mudanças sociais e as modificações dos padrões comportamentais, a mulher foi cada vez mais aparecendo no contexto social reivindicando seu espaço e seus direitos. Mendonça e Britto (2011) destacam que o advento da globalização acarretou em benefícios para a mulher nos aspectos de autonomia e conquista de espaço e direitos, tendo em vista as facilidades de acesso à informação que propiciam à mulher a oportunidade de se libertar da alienação e ter voz ativa perante a sociedade.

No Brasil, busca-se criar leis que atuem como mecanismos de proteção às mulheres vítimas de violência que, historicamente, vivenciam situações de submissão e maus tratos diante de uma sociedade até então predominantemente machista. Nesse raciocínio, Corrêa

(2010) pontua que a Lei Maria da Penha surgiu como um marco de mudança dessa realidade, tendo em vista que os atos de violência contra a mulher antes eram tratados pelo direito penal como um crime de potencial menos ofensivo.

Com o passar do tempo, e depois de várias conquistas femininas surge, no Brasil, a Lei nº 11.340/2006, intitulada Lei Maria da Penha, estabelecendo medidas de criminalização aos agressores e proteção e prevenção às vítimas.

Durante muitos anos o papel da mulher nas relações conjugais e enquanto cidadã era, na grande maioria dos casos, relegado à submissão, com seus direitos muitas vezes desrespeitados pelos cônjuges, como o direito de ir e vir, usar roupas a seu critério, alcançar avanço profissional e intelectual dentre outros. O advento da Lei garantiu à mulher segurança, preservação da integridade física, sexual, moral, psicológica e patrimonial (SILVA et al. 2010).

De acordo com o artigo 2º da referida lei,

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe

asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. (BRASIL, 2008, p.15).

Buscando analisar o contexto da mulher vítima de violência de uma maneira holística, surgiu como proposta um estudo voltado à caracterização do perfil das mulheres vítimas de violência, a fim de se compreender quais fatores contribuem para a aceitação de uma vida voltada a situações de desrespeito e violência. Dessa forma, considerou-se que os aspectos psicológicos são elementos relevantes na decisão de permanecer ou não em uma situação de violência e, dependendo do estado emocional no qual se encontra a vítima, esta pode se sujeitar a suportar circunstâncias desconfortáveis ou manifestar-se, dando início a um processo judicial contra seu agressor.

Lucena et al. (2012) pontuam que as consequências da violência na vida da mulher se manifestam em agravos biológicos, psicológicos, morais e sociais, que dificultam a sua interação no meio social de forma plena. Essas consequências podem expressar fatores como isolamento do convívio social, medo, fragilização e insegurança.

Diante do início de um processo judicial movido contra o companheiro agressor é observado um aumento do abalo emocional na mulher, característica essa que aumenta a probabilidade de desestrutura emocional, desencadeando um sofrimento psíquico.

Visando restabelecer a estrutura emocional da mulher vítima de violência, surge a figura do psicólogo, inserido numa equipe multidisciplinar de apoio a essas mulheres com o propósito de trabalhar os sentimentos e percepções acerca da situação vivenciada. A prática da Psicologia diante de contextos jurídicos permeia uma série de mudanças relativas a rupturas de paradigmas, os quais são enfrentados visando conceber que a psicologia não está resumida ao contexto clínico e que o psicólogo possui habilidades para atuar em situações diversas.

Diante do exposto, o presente estudo se propôs caracterizar o perfil psicológico e social das mulheres vítimas de violência atendidas na Vara Especializada de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Gurupi-TO, no período de janeiro a junho de 2012. O estudo pesquisou, também, os aspectos

emocionais inseridos nos relatórios e a importância do trabalho do profissional psicólogo na equipe multidisciplinar de atendimento a essas mulheres.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo descritivo de abordagem quantitativa, entendida como a mais propícia à análise dos documentos em questão. O tipo de pesquisa escolhido para a realização do estudo foi o documental e o cenário do estudo foi a Vara Especializada de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Gurupi-TO. Para realização do estudo foram pesquisados documentos primários, ou seja, pareceres sociais e relatórios de atendimento elaborados pela equipe multidisciplinar da instituição, composta por assistentes sociais e psicólogos. Foram selecionados para análise apenas os documentos acerca de mulheres vítimas de violência que possuíam processos elaborados pela equipe Multidisciplinar na Vara Especializada de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Gurupi-TO, em atendimentos realizados no período de janeiro a junho do ano 2012, tendo sido analisados 121 pareceres.

A coleta de dados foi autorizada pelo juiz responsável pela citada Vara e os pesquisadores garantiram o anonimato e o acesso aos resultados do estudo às vítimas atendidas. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário UnirG (Protocolo nº 82010), e os dados foram catalogados sequencialmente mês a mês seguindo a ordem de arquivamento.

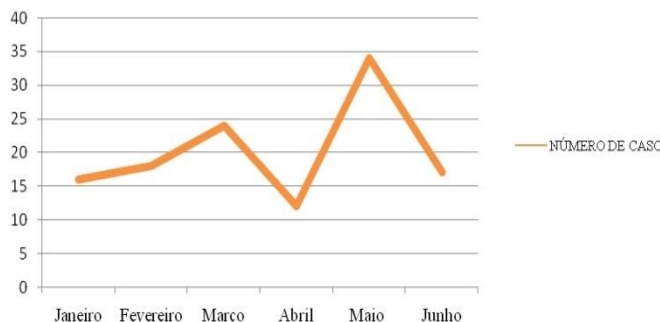
Para elaboração das tabelas foi utilizada análise de frequência; os dados relativos aos aspectos sociais foram tabulados, quantificados e apresentados em forma de gráficos formulados por meio do programa Microsoft Office Excel®.

As informações pessoais colhidas tiveram caráter confidencial, sendo que na fase de catalogação foram utilizadas somente as iniciais dos nomes das vítimas. A participação neste estudo não interferiu no meio social, familiar e pessoal dos envolvidos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Depois de realizada a tabulação dos dados, chegou-se ao número de casos atendidos pela equipe Multidisciplinar da Vara de

Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – Gurupi-TO entre o período de janeiro a junho de 2012 (Figura 01).



**Figura 01-** Número de Casos atendidos  
Fonte: dados da pesquisa. Elaboração dos autores.

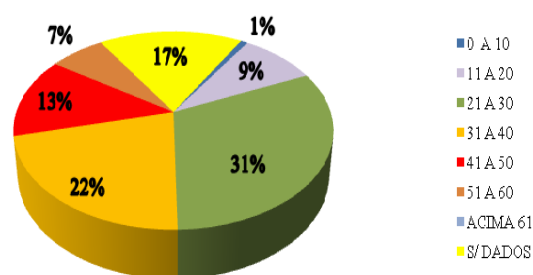
Pode-se verificar que no primeiro trimestre do ano de 2012 houve um aumento no número de casos, em contrapartida foi observado que no segundo trimestre ocorreu uma alternância com queda e posterior elevação no número de casos atendidos.

Analisando o período da amostra percebe-se que o mês de maio teve um número elevado de casos atendidos pela equipe multidisciplinar. Comparando com os dados de registro de crimes contra a mulher referente aos anos de 2010 e 2011 fornecidos pela Assessoria de Estatística e Análise da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins (2012), é possível verificar que vem ocorrendo um aumento no

número de registros de ocorrências, sendo que o referido mês ocupou o 4º lugar no *ranking* de meses com maiores números de registros de ocorrências no ano de 2010 e no ano 2011 passou a ocupar a 2ª colocação.

A correlação dos dados obtidos com dados oficiais do estado do Tocantins permite afirmar que o mês de maio é apontado como um dos meses de maior incidência de casos de violência contra a mulher no estado. Ressalta-se que esse dado remete a uma circunstância regional, caracterizada pela ausência de estudos relativos aos fatores socioculturais que favorecem a incidência dos casos de violência contra a mulher em determinadas épocas do ano.

Com relação à idade das mulheres atendidas no período da amostra foram obtidos os seguintes dados (Figura 02).



**Figura 02-** Idade das Mulheres atendidas.  
Fonte: dados da pesquisa. Elaboração dos autores.

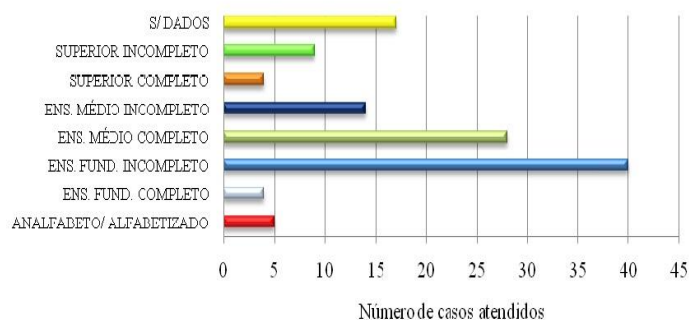
Constata-se que no período de realização do estudo foram realizados atendimentos a mulheres de todas as faixas etárias, sendo que a faixa etária que mais foi atendida com queixa de violência doméstica foi de 21 a 30 anos de idade, constituindo 31% dos atendimentos. Esses dados corroboram resultados de pesquisa realizada por Blay (2003) que relata prevalência de violência doméstica na faixa etária de 22 a 30 anos de idade. Seguidamente, apareceu a faixa etária de 31 a 40 anos que constituiu 22% do total da amostra.

Correlacionando os dados obtidos com a realidade do Brasil no que se refere à idade das vítimas de violência contra a mulher, nota-se que a idade em que é registrado maior índice de violência contra a mulher compreende essa faixa etária, tendo em vista que os dados apontam que no intervalo dos 20 a 29 anos ocorreu um crescimento na relação de casos registrados na última década (WAISELFISZ, 2012).

Diante do exposto, percebe-se que, no período da realização da pesquisa, mais da metade dos casos atendidos (63% do total de casos, de acordo com a soma feita nos dados do

gráfico 2) pela equipe multidisciplinar são de mulheres que não ultrapassam a idade de 40 anos.

Com relação ao nível de escolaridade das mulheres atendidas no período de janeiro a junho de 2012, foram obtidos os seguintes dados (Figura 03).



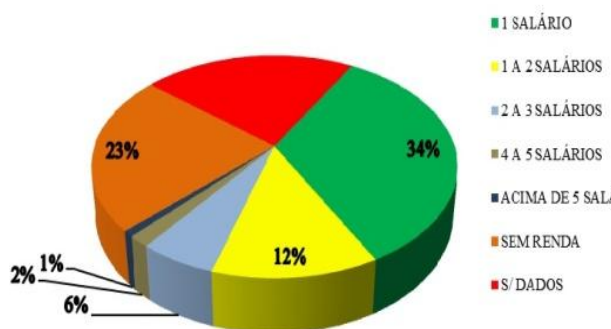
**Figura 03** - Escolaridade das Mulheres atendidas.  
Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração dos autores.

Com base nos dados é possível concluir que a maioria das vítimas atendidas no período que corresponde à coleta de dados não concluíram o ensino fundamental.

De acordo com dados estatísticos do Tribunal Superior Eleitoral (2012), referente ao eleitorado brasileiro do ano de 2012, grande parte deste é composta por pessoas que não concluíram o ensino fundamental. Nessa perspectiva, observa-se que os dados coletados vão ao encontro das estatísticas do país no que se refere ao nível de escolaridade.



Em relação à renda das vítimas atendidas no período da coleta de dados foram obtidos os seguintes resultados (Figura 04).



**Figura 04** - Renda informada pelas mulheres Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração dos autores.

Observa-se que a maior parte das vítimas atendidas possui renda de um salário mínimo (R\$622,00 - Decreto nº 7.655/2011), constituindo um percentual de 34% do total de casos atendidos. Também se pode perceber que 22% relatam não possuir renda fixa, o que possibilita afirmar que mais da metade das vítimas atendidas possuem renda que não ultrapassa um salário mínimo.

Com relação às profissões exercidas pelas vítimas, observaram-se os seguintes escores (Tabela 01).

**Tabela 01** – Profissões das Mulheres atendidas na Vara de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – Gurupi-TO, no período de jan. a jun. 2012.

PROFISSÃO	N	(%)
Desempregada	26	21,64

Empregada Doméstica	17	14,04
Diarista	13	10,74
A.S.G	06	4,95
Aposentada	04	3,30
Autônoma	04	3,30
Comerciante	03	2,47
Funcionária pública	03	2,47
Vendedora	03	2,47
Assistente administrativa	02	1,65
Cuidadora de idosos	02	1,65
Empresária	02	1,65
Estudante	02	1,65
Garçonete	02	1,65
Professora	02	1,65
Técnica em enfermagem	02	1,65
Auxiliar administrativa	01	0,82
Auxiliar de desenvolvimento Infantil	01	0,82
Auxiliar de escritório	01	0,82
Cabeleireira	01	0,82
Camareira	01	0,82
Cozinheira	01	0,82
Crediarista	01	0,82
Credista	01	0,82
Prostituta	01	0,82
Psicóloga	01	0,82
S/ DADOS	18	14,87

<b>TOTAL</b>	121	100
--------------	-----	-----

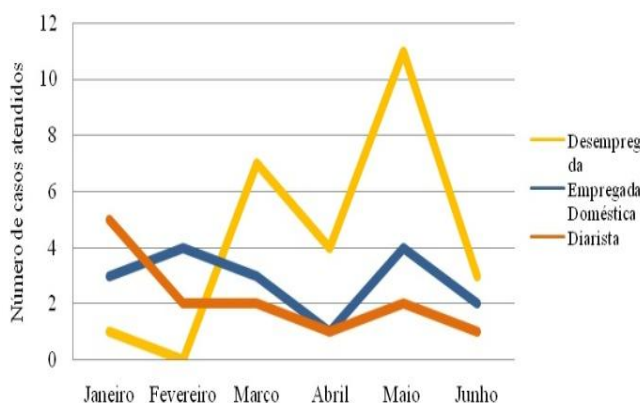
*Auxiliar de Serviços Gerais (A.S.G) número real (N) valor correspondente à porcentagem (%).*

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração dos autores.

Nota-se que foram especificados nos relatórios 26 tipos de profissão. Com base nesse parâmetro observa-se que a violência contra a mulher atinge diferentes níveis e classes sociais (SANEMATSU, 2010). Destaca-se que em 14,87% da amostra não foi possível verificar qual a profissão das vítimas devido à ausência de dados, fato este que pode ser atribuído à

opção destas em não responder ao questionamento feito pela equipe multidisciplinar ou ao não preenchimento correto dos dados.

Tendo em vista os dados apresentados na tabela 01, é possível traçar a frequência dos atendimentos às profissionais que obtiveram maiores escores mês a mês no período que compreende a amostra (Figura 5).



**Figura 05-** Frequência das profissões que obtiveram os maiores escores na tabela 01 no período de janeiro a junho de 2012. Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração dos autores.

Percebe-se que nos meses de janeiro e fevereiro de 2012 o número de atendimentos realizados a mulheres desempregadas foi abaixo dos realizados com empregadas domésticas e diaristas, porém a partir do mês de março houve um aumento acentuado no número de casos envolvendo essa população, mas apesar da variação no número de casos atendidos mês a mês a

categoria se manteve em primeiro lugar no ranking de atendimentos realizados.

Visando proporcionar uma visão holística quanto à prevalência dos maiores escores de cada variável, foi possível obter os seguintes dados (Tabela 2):

**Tabela 02 –** Relação dos maiores escores obtidos nas variáveis Idade, Escolaridade, Renda e Profissão das Mulheres atendidas.

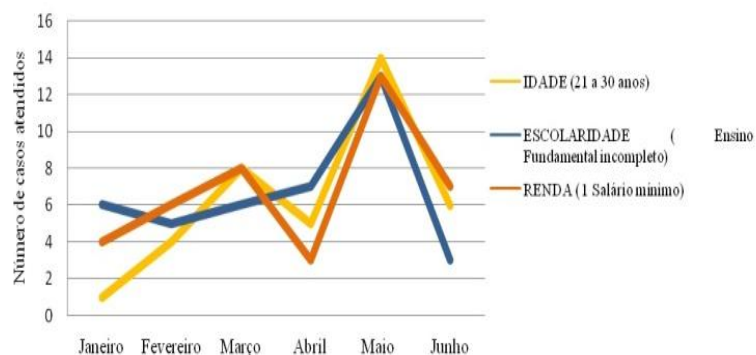
VARIÁVEIS	N	(%)
<b>IDADE</b>		
11 a 20 anos	11	09,09
21 a 30 anos	38	31,42
31 a 40 anos	26	21,48
Outros	46	38,01
<b>Total</b>	<b>121</b>	<b>100</b>
<b>ESCOLARIDADE</b>		
Ensino Fundamental Incompleto	40	33,06
Ensino Médio incompleto	14	11,57
Ensino Médio Completo	28	23,14
Outros	39	32,23
<b>Total</b>	<b>121</b>	<b>100</b>
<b>RENDA</b>		
Sem Renda	28	23,14
1 Salário mínimo	41	33,88
1 a 2 salários	15	12,39
Outros	37	30,59
<b>Total</b>	<b>121</b>	<b>100</b>
<b>PROFISSÃO</b>		
Desempregada	26	21,48
Empregada Doméstica	17	14,04
Diarista	13	10,74
Outros	65	53,74
<b>Total</b>	<b>121</b>	<b>100</b>

*Demais categorias que não obtiveram altos escores juntamente com a categoria S/ DADOS (Outros) número real (N) valor correspondente à porcentagem (%) maior escore na categoria*  
Dados da pesquisa. Elaboração dos autores.

É possível verificar as variáveis que obtiveram maior frequência no estudo em questão, tendo em vista que as demais variáveis categorizadas não obtiveram números expressivos na análise de frequência (ambas foram inseridas juntamente com a categoria sem dados), se caracterizam sendo a faixa etária de 21 a 30 anos (31,42%), o nível de escolaridade atingido é de ensino fundamental incompleto (33,06%). No que se refere à renda obtida pelas vítimas é de 1 salário mínimo (33,88%) e existe a prevalência de desempregadas (21,48%), nos casos atendidos pela equipe multidisciplinar.

No transcorrer da análise foi observada ausência de dados em determinados itens, o que sugere falha no preenchimento dos documentos que embasam o estudo social ou a não colaboração da vítima no que diz respeito ao fornecimento de informações relevantes.

Correlacionando os escores obtidos na tabela 02, é possível analisar a frequência das variáveis analisadas mês a mês no período que corresponde à amostra (Figura 06).



**Figura 06** – Maiores escores de Idade, Escolaridade e Renda dos casos atendidos no período de janeiro a junho de 2012.

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração dos autores.

Com base nos dados relacionados ao contexto social é possível identificar, na Figura 6, a evolução das variáveis que se destacaram na amostra mês a mês. Nessa perspectiva, percebe-se existir uma flutuação na frequência de cada variável, não podendo, assim, delimitar um padrão fixo no que se refere ao perfil das vítimas, porém, de acordo os dados estatísticos essas categorias caracterizam a amostra do estudo.

A pesquisa nos relatórios de atendimento mostrou que no teor dos documentos não havia dados que possibilitassem evidenciar aspectos emocionais das vítimas atendidas – o conteúdo remetia às circunstâncias que originaram a denúncia ao agressor e aspectos relativos ao relacionamento conjugal dos mesmos.

É possível verificar que devido à metodologia utilizada na elaboração desses documentos, e pelas circunstâncias que nortearam a elaboração dos mesmos, tornou-se ineficaz a coleta de dados relacionada aos aspectos emocionais das vítimas – em relação a essa afirmativa, deve-se levar em consideração que o órgão judiciário em questão iniciou suas atividades há cerca de dois anos e nesse período vem passando por um processo de implantação e adequação dos serviços de atendimento. Entretanto, é possível traçar hipóteses no que diz respeito à falta desses dados nos documentos em questão que podem assim ser apresentadas:

- o fato de o atendimento psicológico realizado focar, a princípio, no acolhimento à vítima e só posteriormente visar à compreensão das circunstâncias que ocasionaram o conflito instaurado;
- o atendimento realizado pelos psicólogos não possui caráter obrigatório, visto que a vítima pode recusar-se a receber o atendimento proposto pelos profissionais, ou ainda iniciá-lo e evadir-se do mesmo;
- a falta de instrumentos psicológicos necessários para realização de uma avaliação mais profunda do estado

emocional das vítimas – esses instrumentos possibilitariam uma maior compreensão da situação enfrentada tanto pelas vítimas quanto pelos agressores.

Os atendimentos psicológicos desenvolvidos em instituições que atendem às vítimas de violência são direcionados a uma avaliação da mulher pontuando questões como: avaliação de sentimentos predominantes (ansiedade, culpa, medo, raiva entre outros aspectos), suporte emocional e entrevista com familiares ou pessoas próximas (FAUDES, 2002).

Segundo Faudes (2002), é recomendável que o atendimento psicológico originado por queixa de violência doméstica estenda-se para o grupo familiar, tendo como base que tal circunstância descende ou origina uma desestrutura familiar e, assim, o grupo familiar necessita de atendimento.

Lucânia et al. (2008) ressaltam que os atendimentos psicológicos, desenvolvidos com base na avaliação das vítimas, visam definir e identificar possíveis queixas, colher informações a respeito do histórico familiar e pessoal da vítima e identificar a presença de sintomas de possível

transtorno mental para que se possa, por meio dos dados obtidos, realizar uma intervenção com base nas necessidades explicitadas.

Diante dos resultados expressos no presente estudo, foi possível diagnosticar um perfil de vítimas atendidas (no perímetro que abrange a atuação) pela Vara Especializada de Combate a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da comarca de Gurupi – TO sendo que, nesse contexto, a violência contra a mulher é caracterizada como um problema social que remete à atuação de políticas públicas locais voltadas para organização e ampliação de uma rede de atendimento à mulher.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo indicou que o contexto social das vítimas de violência atendidas no primeiro semestre do ano de 2012 é caracterizado por mulheres na faixa etária dos 21 aos 30 anos de idade, com baixa escolaridade (nível fundamental incompleto) e que a maior parte da amostra se encontra desempregada ou ocupando atividades ocupacionais relativas ao trabalho doméstico.

Sugere-se que os atendimentos realizados pela equipe multidisciplinar, tanto de nível preventivo quanto os oferecidos à mulher já em situação de violência, possam voltar-se com maior ênfase a esta população que apresenta maior prevalência em números de atendimentos realizados na citada Vara.

É válido ressaltar que como existem poucos estudos no Brasil direcionados a essas unidades de atendimento à mulher, recomendam-se novas pesquisas direcionadas a esse contexto, visando compreender o ciclo de violência no contexto familiar juntamente com os fatores socioculturais que favorecem a incidência dos casos de violência contra a mulher em determinadas épocas do ano.

No que se refere aos aspectos emocionais, devido à falta de dados referentes a esse contexto, não foi possível delimitar um perfil emocional das vítimas atendidas na Vara Especializada de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Gurupi-TO.

O presente estudo abre novas perspectivas para abordagens direcionadas às condições emocionais das vítimas de violência doméstica,

levando em consideração fatores como a reincidência de casos de violência envolvendo as vítimas, as variáveis intervenientes no processo de representação da queixa contra o agressor, a existência de casos em que a mulher retoma o relacionamento e a análise dos fatores motivacionais preponderantes para essa tomada de decisão.

Diante da complexidade desse problema, faz-se necessária a atuação do poder público e da sociedade civil organizada para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao apoio às mulheres vítimas de violência como, por exemplo, a criação/organização de uma rede de apoio à mulher em situação de violência.

## REFERÊNCIAS

ASSESSORIA DE ESTATÍSTICA E ANÁLISE DA SECRETARIA SSP -TO. Dados sobre queixas de violência contra mulher. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por vanilsonpsicologo@hotmail.com em 30 out. 2012.

BANDEIRA, L. Três décadas de resistência feminista contra sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. *Soc. Estado*. v. 24, n.2, p.401-438, 2009.

BLAY, E.A. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estud. av.* v. 17, n. 49, p. 87-98, 2003.

BRASIL. *Lei Maria da Penha*. Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF, 2006.

CORRÊA, L. R. A necessidade da intervenção estatal nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. In: LIMA, F. R.; SANTOS, C. (Coord.). *Violência doméstica: vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FAUDES, A. *Atendimento Integral a Mulheres Vítimas de Violência Sexual*. Seis anos de deliberações. Disponível em: <<http://www.cemicamp.org.br/forum/Sintese.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2012.

LUCENA et al. Análise espacial da violência doméstica contra a mulher entre os anos de 2002 e 2005 em João Pessoa, Paraíba, Brasil. *Cad. De Saúde Pública*, v. 28 n. 6, p.1111-1121, junho 2012.

LUCÂNIA, E. R. et al. *Projeto Acolher: Caracterização de pacientes e relato do atendimento psicológico a pessoas sexualmente vitimadas*. Disponível em: <<http://www.sbponline.org.br/revista2/vol16n1/PDF/v16n01a06.pdf>> Acesso em: 8 out. 2012.

MENDONÇA, J.P; BRITTO, D. A. *A Importância da Lei Maria da Penha Como Mecanismo de Proteção Às Mulheres no Direito Brasileiro*. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/1428/0>>. Acesso em: 9 fev. 2012.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2007.

SANEMATSU, M. *Bem querer Mulher: Não à Violência Contra a Mulher*. Disponível em: <<http://www.bemquerermulher.com.br/cartilha.htm>>. Acesso em: 9 maio 2012.

SILVA, E. B, et. al. *Violência Contra a Mulher, punição para o agressor, proteção à vítima: Entenda a Lei Maria da Penha e como funciona a rede de atendimento à mulher*. Palmas: Formato Gráfica, 2010.

TSE. *Estatísticas eleições 2012*. Disponível em: <[www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleicoes-2012](http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleicoes-2012)>. Acesso em: 25 nov. 2012.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2012: Atualização de Homicídios de Mulheres*. Disponível em: <<http://mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

---

Recebido em: 08-10-2013  
Aprovado em: 12-12-2013